

TRIBUTO

Presidente interino do Senado diz que governo e base aliada devem trabalhar com mais rigor para aprovar a prorrogação da CPMF em tempo hábil. Câmara decide fazer recesso branco

Cobrança de mais agilidade

Brasília – O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), afirmou que o governo precisa agir com mais intensidade se quiser ver a matéria da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) aprovada. Viana disse que seu dever é manter-se serenamente imparcial, como manda o regimento interno da Casa. O governo quer prorrogar a cobrança da CPMF e a oposição quer impedir que o Executivo continue a dispor dos recursos arrecadados com o tributo, que renderá R\$ 40 bilhões em 2008.

"Meu papel é assegurar a aplicação do regimento quando estamos diante de uma matéria que diga respeito ao interesse da sociedade, ao interesse do governo, ao interesse dos partidos que atuam na Casa. E o governo precisa agir com mais intensidade nesta hora se quer votar e aprovar a matéria. Quanto à oposição, vai continuar no seu trabalho de criar dificuldades", comentou.

Indagado sobre a disposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de entrar nas articulações políticas para garantir a prorrogação da CPMF, Tião Viana disse que toda negociação pautada na ética consiste num bem para a democracia. "Acho absolutamente natural que o presidente e seus ministros, quando se tratar de uma matéria que diga respeito ao interesse do país que seja da responsabilidade do governo, procurem discutir com cada parlamentar o mérito da matéria, o impacto positivo que ela pode ter para o país e façam a defesa das suas teses, da necessidade de sua aprovação. Isso tem que fazer parte do dia-a-dia da democracia brasileira. Toda negociação feita à luz do dia, toda negociação pautada na ética é um bem à democracia."

Viana comentou ainda a reunião que o DEM e o PSDB realizaram ontem para discutir os votos de que dispõem para derrotar o governo. "Acho que os democra-

tas estão entrenchados, fecharam questão, ficaram numa posição claríssima de isolamento da CPMF. E os tucanos vivem um dilema entre uma forte pressão dos governadores, de setores da sociedade a favor e de alguns cardeais da política tucana, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que é contrário ao apoio do partido à CPMF. Isso faz parte da própria natureza do partido, e acho que vamos ter que aguardar mais alguns dias pelo resultado."

CÂMARA Os partidos da base do governo anunciaram, em reunião com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e líderes partidários que vão observar a votação no plenário da Câmara para evitar que as medidas provisórias sigam para o Senado e atrapalhem a votação da CPMF. Na pauta da Câmara há cinco MPs que estão trancando a pauta e, assim que forem votadas pelos deputados, passarão a trancar a pauta do Senado, atrasando a tramitação da CPMF.

O líder do PSDB, Antonio Carlos Pannunzio (SP), reclamou: "A Câmara fica à disposição de uma pauta trancada pelo presidente da República, que não quer que a casa vote". A oposição argumenta que há vários projetos que precisam ser votados antes do recesso parlamentar que começa em 23 de dezembro, como a proposta de emenda constitucional que muda o número de vereadores e o tratado internacional sobre pessoas portadoras de deficiências físicas.

O recesso branco deixará na gaveta nove temas de interesse do governo. Entre elas estão a medida provisória que cria a TV pública, o projeto de lei que regulamentam a atividade dos socoleiros e a criação do Projovem. No entanto, Chinaglia quer realizar votações às segundas ou sextas-feiras, dias que normalmente não há sessões deliberativas (com votações), para garantir a votação dos temas prioritários.



Com estratégia da oposição, medidas provisórias começaram ser votadas. Tião Viana espera que governistas entrem em campo para negociar



Presidente Lula explica as opções do governo para aprovar CPMF

Votação no Senado deixa Lula inseguro

Brasília – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou, pela primeira vez publicamente, a insegurança sobre a aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), no Senado. Lula afirmou ontem que, por não saber o futuro do imposto do cheque, decidiu atrasar duas propostas: a reforma tributária e a nova política industrial. (leia mais na página 5) "Nós tínhamos o interesse de apresentar nos próximos 15 dias a política industrial, assim como queríamos apresentar a política tributária, e não vamos apresentar. E por que não? Porque eu não sei o que vai acontecer. Eu vou esperar para ver o que vai acontecer com a CPMF", disse o presidente durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

"Os integrantes do conselho político acharam por bem a gen-

te não misturar o debate da política tributária com o da CPMF. Uma coisa a cada tempo", disse o presidente para uma platéia de empresários, como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; sindicalistas, como o ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) João Felício; e representantes da sociedade, como Viviane Senna.

O compromisso de enviar a reforma tributária até 30 de novembro foi assumido com senadores aliados em um esforço de angariar votos favoráveis à prorrogação do tributo. O adiamento parte de uma tentativa de estancar novas dificuldades e de o governo cair em uma espiral de negociação sem conclusão. O presidente não estabeleceu uma nova data para envio, limitou-se a dizer que o que vale agora é o "timing político".

LIBERADA

Depois de reunir sua bancada de quatro senadores, o PR decidiu que vai continuar no bloco governista. A ideia de sair do grupo – liderado por Ideli Salvatti (PT-SC) – surgiu após o PTB se declarar independente. Segundo César Borges (PR-BA), o partido vai continuar no bloco de apoio ao governo, mas não vai fechar questão – nem contra ou a favor – sobre a prorrogação da CPMF. Além de Borges, a bancada da legenda conta com Magno Malta (ES), João Ribeiro (TO) e Expedito Júnior (RO).

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELIN/EM

2 + 1 = 0

O que está acontecendo atualmente com esse assunto de terceiro mandato para Lula? Por que temos que voltar a ele toda hora? Durante quanto tempo vamos ficar com essa discussão em pauta?

Nossa história política recente se fez (e continua sendo escrita) na pressão cruzada de duas forças antagônicas. De um lado, a busca da institucionalização, da construção de uma ordem jurídica estável e de instituições duradouras. Um país como o Brasil, de democracia episódica e interrupções autoritárias que atravessaram todo o século passado, tem enorme necessidade delas. Só assim pode ser formada uma cultura

política efetivamente democrática.

De outro lado, porém, há uma força oposta, de reinvenção permanente de regras, para satisfazer os desejos dos poderosos, seja de aumentar seu próprio poder, seja de dificultar o acesso dos adversários aos instrumentos para a luta política. Por motivos evidentes, essa força produz desordem e confusão nas instituições.

Deixadas livres, essas forças impedem qualquer tipo de previsibilidade e equanimidade na política. Se o poderoso de plantão muda as regras em seu benefício, as oposições vêm aumentar suas dificuldades de forma injusta, em um jogo de cartas

marcadas. Ao cidadão só resta olhar e pensar lá com seus botões: "é assim mesmo, político é sempre igual, todos gostam de levar vantagem e encontrar suas boquinhinhas". Dai a descrever de tudo é um passo.

Algo que não deveria ser tema de qualquer discussão, a duração dos mandatos populares, é um exemplo de como são ativas e poderosas essas forças da desorganização. Afinal, se os eleitores outorgaram um mandato a alguém, o fizeram dentro de condições pactuadas, entre as quais está sua extensão no tempo. O mandato não dá ao mandatário o direito de mudá-las.

Uma das principais distinções entre democracias de verdade e democracias primitivas é a adesão das primeiras a uma ordem constitucional estável. São assim todas as que tiveram

sucesso na construção democrática ao longo dos últimos três séculos.

Desde a redemocratização, nunca chegamos ao fim de um governo sem que alguém não fosse tentado a ficar "mais um pouquinho". Parece que aquele Palácio é tão bom que ninguém quer sair na hora marcada. Sarney brigou por mais um ano, ganhou e perambulou sozinho pelo Planalto durante longos doze meses. Collor só não fez que o assunto fosse discutido por que não teve tempo. Seus amigos falavam em "20 anos".

A única exceção foi Itamar. Mostrando por que tantos o consideravam estranho, no meio da crise dos "anos do Orçamento" chegou a falar em redução de seu período de governo. A ideia não foi para a frente, pois ele queria que coincidissem com uma renúncia coletiva do Parlamento (!), mas

o simples fato de ser discutida confirma quão pouco estável é o princípio da duração dos mandatos entre nós.

Fernando Henrique é que plantou a semente do problema atual. Foi ele quem fez aprovar uma mudança de regras com o jogo em andamento, abrindo a possibilidade das movimentações que vemos agora.

Lula tem tudo para fazer história em diversos aspectos. Pode escrever mais um belo capítulo de sua biografia se for consequente com o que ele próprio disse sobre o terceiro mandato.

Se foi sincero, está na hora de repetir que talvez queira sim esse mandato e que lutará por ele na hora certa, em 2014. Antes disso, não. Buscá-lo agora, através de manobras escusas, só vai manchar os dois que conquistou com plena legitimidade.

“

Ao cidadão só resta olhar e pensar lá com seus botões: "é assim mesmo, político é sempre igual, todos gostam de levar vantagem"